

DECLARAÇÃO DE SÃO LEOPOLDO E PORTO ALEGRE
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE FALP
23, 24 E 25 DE NOVEMBRO DE 2017

As áreas metropolitanas concentram 54% da população mundial segundo à ONU. Ainda segundo a organização mundial, serão perto de 70% dos habitantes do planeta que morarão em zonas urbanas até 2050. Uma revolução urbana sem precedente.

As metrópoles concentram situações de tensões, de novos conflitos e, também, desafios importantes que questionam de maneira forte o processo de desenvolvimento urbano atual. As áreas metropolitanas são territórios complexos onde as externalidades produzem marginalidade, exclusão e desigualdades.

O futuro das metrópoles depende, numa grande medida, da capacidade das cidades e das autoridades locais para enfrentar as transformações urbanas nos anos que vêm.

Nossas cidades, nossos territórios populares, que foram construídos nas margens dos principais centros urbanos do mundo, estão na primeira linha das assimetrias do crescimento urbano. Nossas cidades são, nos diferentes aspectos, lugares de fronteiras, visíveis e invisíveis, fronteiras econômicas, sociais, culturais, étnicas e religiosas, que põem resolutamente a questão do Direito a Cidade para todas e todos.

Décadas de hegemonia de um paradigma social e econômico excludente aprofundou a fragmentação social nas periferias urbanas e foram associadas ao desenvolvimento industrial e operário como um espaço de segregação marcado pela emergência de guetos e de violência urbana.

No entanto, constatamos que as cidades periféricas têm papel chave para o futuro das metrópoles e para o desenvolvimento de territórios inclusivos. As periferias são definidas hoje como lugares de oportunidades para reduzir as desigualdades e gerar formas de governança que respondem a complexidade do exercício democrático das cidades do século 21.

Ao longo destes 14 anos, o Fórum das Autoridades Locais de Periferia (FALP) construiu uma voz útil e necessária no cenário internacional que introduz uma nova perspectiva política da forma de fazer as cidades. Nosso compromisso nos obriga

constantemente a repensar as limites do modelo de urbanização. As periferias não somente como um espaço, mas também como um conceito, significam que uma cidade nunca esta realizada com antecêdencia e nunca está acabada. O Direito à cidade deve permanentemente ser redefinido e reforçado frente a demandas sociais crecentes.

Nascida no âmbito do Forum Social Mundial de Porto Alegre, a Rede FALP percorreu um longo caminho de construção coletiva. Entre dezenas de encontros internacionais importantes, podemos ressaltar: o 1º FALP realizado em Nanterre (França) em 2006, o 2º em Getafe (Espanha) em 2010, e o 3º em Canoas (Brasil) em 2013, as Assembleias internacionais em Pikine (Senegal) em 2011 e Moron (Argentina) em 2015. Todos esses momentos constituíram a legitimidade e a credibilidade das autoridades locais de periferia no movimento municipalista mundial para exigir metropoles solidarias, democraticas, sustentaveis e policentricas.

Nós, cidades de periferia reivindicamos e exigimos :

1) Áreas metropolitanas policentricas que asseguram um direito a centralidade para todas e todos.

Nos proximos anos, as metrôpoles devem ser planejadas desde a periferia e não desde o centro como foi o caso até hoje. O policentrismo permite de gerenciar melhor o crescimento urbano e tambem permitir para cidade de periferia de obter investimentos indispensaveis para a moradia, acesso aos serviços publicos, a educação e a saude.

Nós, cidades perifericas, trabalhamos para ser cidades sustentáveis, criando oportunidades de emprego e de desenvolvimento economico local e não sermos apenas cidades dormitórios. Por essa razão, é necessario ter territórios interconectados, através de uma rede de transporte público de qualidade que assegura o direito à mobilidade para todas e todos.

Dessa maneira, desejamos territórios mais solidários baseados na redistribuição da riqueza produzida no ambito metropolitano.

2) Áreas Metropolitanas mais participativas e democráticas que tenham espaço integrado e descentralizado.

O exercício da democracia não consiste apenas em eleger os representantes para um tempo determinado. Ela se dá em restabelecer um poder na cidadania e promover a participação política.

As metrópoles precisam encorajar uma cidadania ativa, um compromisso de todos os atores da cidade e devem ser transparentes para criar de novo uma confiança com os habitantes.

Além disso, a governança das áreas metropolitanas exige diversas formas de cooperação horizontal entre os municípios que a compõe. Devem ser criados espaços de diálogo e de participação com os vários níveis de poder público para permitir desenvolver políticas públicas próximas dos cidadãos.

3) Áreas Metropolitanas mais inclusivas que reforçam e reconhecem de maneira permanente novos direitos para a justiça social.

Frente as diferentes formas de violências urbanas, que vão da violência contra as mulheres à violência institucional, até a violência gerada pelo sistema econômico capitalista, as metrópoles têm que abordar esses problemas de um modo integral e não só por uma perspectiva repressiva e de criminalização das populações de periferia.

As metrópoles têm que reconhecer as identidades culturais novas que emergem das periferias. A periferia é uma oportunidade para a metrópole e não o contrário.

4) As periferias são os territórios do futuro das metrópoles.

Nossas cidades contam com uma presença de uma população jovem que traz todo o dinamismo e a vitalidade necessário para construir áreas metropolitanas inovadoras e justas.

Ao mesmo tempo, são esses jovens da periferia quem sofrem diariamente de várias formas de discriminação devido a condição social, orientação sexual, étnica ou religiosa. São esses mesmos jovens que são as primeiras vítimas das consequências das escolhas econômicas liberais que criam a falta de emprego e de oportunidades.

5) Políticas Nacionais para as metrópoles

Exigimos a criação de políticas nacionais em nossos países para regiões metropolitanas solidárias sustentáveis e cooperativas, onde não hajam populações e territórios esquecidos e invisíveis. Hoje as políticas dos governos centrais incentivam a segregação e a competição entre as cidades.

Compromissos do presente e do futuro.

Estamos plenamente comprometidos com implantação do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU - ODS, nas nossas cidades, áreas metropolitanas, localidades e territórios. Com a implementação da Nova Agenda Urbana e do compromisso da Plataforma Global pelo Direito a Cidade e reafirmamos que há muitos anos nossas cidades já vem desenvolvendo políticas e ações que favoreçam e facilitam o acesso aos serviços públicos para a população mais pobre e vulnerável dos nossos países.

O cumprimento das metas e objetivos desses documentos estão totalmente de acordo com nossa visão de mundo, com uma preocupação centrada na redução da desigualdade. Mas queremos ir além e ousamos falar em superação da desigualdade e de todas as formas de opressão social, política e cultural no mundo. Queremos um mundo onde a qualidade de vida, a diversidade cultural e o bem viver sejam um direito de todos e todas. Neste sentido nos somamos aos esforços na luta por moradia, pelo direito as imigrações e o compromisso com a Carta Mundial dos Direitos humanos nas cidades da CGLU.

Com o objetivo de continuar levando as vozes dessas periferias e das populações invisíveis que uma parte do mundo insiste em não querer escutar, pretendemos desenvolver uma agenda internacional de atividades, eventos e debates que contribuam para manter viva nossa luta. Estaremos reunidos e realizando atividades paralelas e integradas durante :

- O Fórum Urbano Mundial entre 7 e 13 de Fevereiro em Kuala Lumpur, Malásia
- O Fórum Social Mundial em Salvador e Lauro de Freitas na Bahia entre os dias 13 e 17 de março de 2018.
- O Fórum Mundial da Água e o Fórum Alternativo Mundial da Água em Brasília entre 18 e 23 março de 2018
- O Congresso Africacities na cidade de Brazzaville, Congo em outubro de 2018

E de forma a organizar regionalmente e facilitar a nossa integração, a REDE FALP definimos cinco cidades referência da nossa articulação nas quatro partes do mundo onde nossa Rede está ativa : Nanterre, França na Europa, São Leopoldo, Brasil e San Antonio de Areco na Argentina, na América Latina, Pikine, Senegal na África e Aizaria, Pelestina no Oriente Médio.

Definimos estabelecer uma dinâmica de publicação de artigos e textos, de forma periódica, em meios de comunicação oficiais e alternativos, de nossas autoridades locais, para difundir o pensamento, a diversidade de opiniões e experiências políticas da nossa Rede. Bem como, ampliar e consolidar projetos de Cooperação Descentralizada entre nossas cidades de forma a aproximar as nossas populações e qualificar as ferramentas de gestão de políticas públicas através da troca de conhecimentos.

A voz oficial das periferias no movimento municipalista mundial.

Queremos fortalecer a presença das cidades de periferia na CGLU, garantindo uma presença política significativa, em todas as suas instâncias com as características e pauta política que marcam os 14 anos da nossa Rede. Como reconhecimento da legitimidade, da credibilidade e da relevância política da Rede FALP, a CGLU, Cidades e Governos Locais Unidos convidou a rede para ser parte integrante da sua estrutura organizacional como Fórum de Cidades de Periferia do CGLU, o que não muda nossa forma de trabalhar e atuar no cenário internacional, mas saudamos o reconhecimento oficial do FALP como a voz oficial das periferias no movimento municipalista mundial.

A rede FALP, como rede de autoridades locais está em diálogo permanente com o mundo acadêmico, os movimentos sociais e outros atores importantes que permitem entender e atuar para a construção de áreas metropolitanas solidárias e policentricas para um mundo melhor, que começa nas cidades.

Durante este seminário internacional da rede FALP reunido em São Leopoldo e Porto Alegre, nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2017, reafirmamos que o futuro das metrópoles não pode se decidir sem a voz das nossas cidades, dos nossos bairros e das populações. Esta palavra popular é a garantia para construir metrópoles solidárias, democráticas, sustentáveis e policentricas.

São Leopoldo, dia 25 de novembro de 2017.